

O corpo como fundamento do método clínico: dois momentos históricos e algumas implicações.

The body as reason for the clinical method: two historical moments and some implications.

Manoel Tosta Berlinck

Sumário

A noção de corpo é um dos fundamentos do método clínico. Ela serve para delimitar os estados de doença e de saúde, enquanto manifestações sensíveis. Neste trabalho será abordada a noção de corpo em dois momentos históricos: na Grécia Arcaica e em Freud.

A noção de corpo na Grécia Arcaica é bem distinta da vigente na atualidade. Ela é fundada no concreto e no sensível e dá lugar a uma narrativa que privilegia o movimento e desconhece o organismo. O corpo é concebido como animado e, assim, doença e saúde se definem pelo ânimo.

Cerca de 27 séculos depois, surge uma versão de corpo humano – o corpo freudiano – fundado na sexualidade e na transferência, que ignora o organismo e privilegia o ânimo.

Finalmente, algumas implicações para o método clínico serão indicadas.

Abstract

The notion of the body is one main reason for the clinical method. It serves to establish limits between the states of illness and health, as sensible manifestations. This work will approach the notion of the body in two historical moments: in Archaic Greece and in Freud.

The notion of the body in Archaic Greece is quite different from the dominant notion in our time. It is based in the concrete and in the sensibility and gives way to a narrative that emphasizes the movement and disregard the organism. The body is conceived as animated and, thus, illness and health are defined by the “anima”.

Around 27 centuries afterwards, a notion of the human body comes out – the Freudian body – based on sexuality and transference which ignores the organism and emphasizes the movement, the “anima”.

Finally, some implications for the clinical method will be pointed out.

Artigo

A noção de corpo é um dos fundamentos do método clínico. São no corpo que se percebe estados de doença e de saúde, enquanto manifestações sensíveis. Diz-se que o corpo expressa diversos estados e contém expressões que revelam sua condição.

Neste trabalho será abordada a noção de corpo em dois momentos históricos: na Grécia Arcaica e em Freud. Finalmente, algumas implicações para o método clínico serão indicadas.

O corpo na Grécia Arcaica

A noção de corpo é bem distinta da vigente na atualidade. Ela é fundada no concreto e no sensível e dá lugar a uma narrativa que privilegia o movimento e desconhece o organismo como unidade integrada. O corpo é concebido como animado. A morte é o fim do corpo e a doença e a saúde se definem pelo ânimo.

Em *A descoberta do espírito* (1975), Bruno Snell observa que na época arcaica grega, ainda não existia a consciência do “caráter” do homem individual. Além disso, observa que, nas línguas relativamente primitivas, a abstração não se encontra desenvolvida e que, em compensação, tais línguas possuem uma riqueza de expressões referentes ao concreto e sensível, que são estranhas a uma língua mais desenvolvida.

Uma dessas expressões refere-se ao olhar, ao ver, ao enxergar. Originalmente a função do ver como tal não se expressava como um único verbo, mas se usavam vários verbos que designavam determinadas modalidades de ver.

Uma palavra recente para “ver” em grego clássico, documentada pela primeira vez na segunda metade do século V A.C., não era originalmente um verbo, mas deriva de um nome, de “*theorós*”, significando um “espectador”(Snell, 1975 p. 23)

Na Grécia clássica, as noções de *theoria* e *revisio* estão etimologicamente ligadas à idéia de fantasia e fantasma, formas de ver. No sentido grego original, a afirmação teórica era um pronunciamento que implicava um ato complexo de re-visão, envolvendo um grupo de testemunhas profissionais cuja função consistia em assegurar que um dado evento tinha ocorrido e podia assim tornar-se tema para consideração no âmbito da pólis. Por definição, os ouvintes desse pronunciamento não tinham presenciado o evento referido pelos *theoroi*, era a credibilidade de sua posição a responsável pelo ato suplementar de conferir veracidade ao relato. Tal autoridade era atribuída a fim de disciplinar os efeitos do discurso na organização da pólis, mediante uma distinção precisa entre “reivindicações” e “afirmações teóricas”. Aquelas podiam ser feitas por qualquer indivíduo; já estas, eram prerrogativa dos oficiais designados para a função pública de *theoros*. Em suma, o *theoros* tem de relatar um evento por ele testemunhado – visto - a uma audiência que não estava presente à circunstância a ela relatada. Tal cena, vale frisar, produz na verdade dois atos de re-visão. O primeiro, realizado pelo *theoros*, dá origem a uma afirmação propriamente fantasmagórica, uma vez que fantasmas vêm sempre após alguma coisa. Nesse caso, o ato de relatar vem após o de testemunhar um evento realmente ocorrido – muito embora o processo de

ver/escutar/contar jamais coincida com o evento em todos os seus múltiplos aspectos. O segundo ato de re-visão refere-se aos ouvintes. Seus fantasmas re-vistos vêm após coisa alguma, pois são simultâneos ao discurso do *theoros*. O ouvinte não tem a memória de ter presenciado um evento real, mas precisa projetar no relato do *theorós* a credibilidade associada ao caráter público da função. Desse modo, a memória do ouvinte é não apenas social, mas secundariamente engendrada, tornando-se um fato na medida em que é aceita como representação fiel de uma realidade prévia (Rocha, 2003).

Em algum momento, ainda na Grécia Antiga, *theorós* converte-se em verbo descritivo da visão e significa “contemplar”, “considerar”. Não se trata de nenhum traço de ver, de nenhuma emoção concomitante e também não do ver um objeto determinado (ainda que possa ter sido assim no princípio); não se trata, em geral, de uma modalidade sensível ou afetiva da visão, mas de uma intensificação da função própria e essencial do ver. Sublinha-se a atividade pela qual o olho percepção um objeto. Este novo verbo expressa assim justamente o que não aparecia nos verbos mais antigos, o que constitui a coisa.

Os verbos da época arcaica formam-se, pois, predominantemente segundo as modalidades sensíveis do ato de ver ao passo que, mais tarde, se salienta, de modo mais exclusivo a função do ver.

Nas narrativas arcaicas conhecidas, o leitor de hoje nota com espanto que os *theoroi* não concebiam e designavam o corpo como tal. Assim como no léxico, as representações de homens na arte arcaica mostram-nos que o corpo substancial do homem não se concebe como unidade, mas como pluralidade. A arte clássica do século V A.C. é que, pela primeira vez, representa o corpo dotado de unidade orgânica, o qual é visível na tensão entre o suporte e o peso, na oposição entre a imobilidade e o movimento das pernas e na dependência de todas as partes de semelhante contraposição. Primeiramente, o corpo constrói-se só por adição de partes singulares.

As representações de homens da época dos poemas homéricos distinguem-se notavelmente do que estamos habituados a ver nos desenhos primitivos, por exemplo, de nossas crianças, embora estes também adicionem números singulares.

Nossas crianças põem um corpo como elemento central e principal, a que se acrescentam em seguida a cabeça, os braços e as pernas. Mas nas figuras geométricas falta precisamente um elemento central: *melea* e *guya*, palavras denotando partes do corpo com fortes movimentos. Ambas as figuras se distinguem uma da outra de modo claro; as articulações desenharam-se de um modo particularmente tênue ao passo que,

pelo contrário, as partes musculosas estão exageradamente realçadas. O desenho grego da época arcaica apreende a mobilidade do homem, ao passo que o desenho infantil expressa antes sua estrutura compacta.

O fato dos gregos primitivos não conceberem, nem na linguagem nem na arte figurativa, o corpo como uma unidade mostra-nos o mesmo que os verbos da visão: os verbos arcaicos da visão concebem a atividade partindo das suas modalidades sensíveis, dos gestos ou sentimentos concomitantes, ao passo que a linguagem ulterior pôs com maior força a função genuína desta atividade no centro do significado verbal. A linguagem tende evidentemente cada vez mais para a própria realidade, mas a realidade é uma função que nem em si mesma nem na sua aparência sensível está necessariamente ligada a determinados movimentos anímicos de sentido unívoco. Mas logo que a função é reconhecida e expressa, começa a existir como tal, e a consciência da sua existência depressa se transforma em patrimônio comum de todos. Aparentemente, as coisas passam-se assim com o conceito de “corpo”: ao interlocutor da época arcaica basta-lhe, quando depara com alguém, chama-lo pelo seu nome: este é Aquiles, ou então este é um homem. Uma descrição mais pormenorizada designa, antes de mais nada, o que é perceptível: a justaposição dos membros; a interdependência funcional só mais tarde é que se impõe como algo essencial.

Esta realidade existe para o homem logo que é “vista”, logo que se tem consciência dela e começa a ser designada por uma palavra, com a qual pode ser pensada. É evidente que os homens homéricos tinham um corpo, tal como os gregos posteriores, mas não tinham consciência dele “como” corpo, somente como soma de membros. Pode, pois, dizer-se também que os gregos homéricos não tinham ainda corpo no pleno sentido da palavra: o corpo (*soma*) é uma interpretação ulterior do que originariamente se concebia como *melea* ou *guya*, como “membros” – de fato, Homero fala uma e outra vez de pernas ágeis, de joelhos que se movem, de braços poderosos: estes membros são para ele o que vive, o que se apresenta diante dos olhos.

Algo de semelhante se verificou no domínio do espírito e da alma, pois espírito – corpo, corpo animado – alma são conceitos opostos, cada um dos quais é determinado pelo seu contrário. Onde não existe nenhuma representação do corpo, também não pode haver qualquer representação da alma, e vice-versa. Assim, pois, Homero também não tem nenhuma palavra para designar “alma” ou “espírito”. *Psyche*, a palavra que, no grego ulterior, significa alma, nada tem originariamente a ver com a alma que pensa e sente. Em Homero, *psyche* é unicamente a alma enquanto “anima o homem”, isto é, o

mantém em vida. Também aqui parece haver uma lacuna na linguagem homérica mas que, tal como no âmbito do “corpo”, é colmatada por outras palavras; estas, sem dúvida, não têm o mesmo cerne que as expressões modernas; cobrem, no entanto, o seu domínio. Para a esfera da alma, existem sobretudo as palavras *psyche*, *thymós* e *nóos*.

Homero não refere o seu pensamento sobre o modo como a *psyche* atua no ser vivo. Afirma, apenas, primeiro, que a *psyche* abandona o homem na morte ou no desfalecimento; segundo, que o homem arrisca sua *psyche* no combate, que luta por sua *psyche*, que anela salvar a sua *psyche*. Esta é, pois, um alento vital, até certo ponto, quase um órgão objetivo que se encontra no homem, enquanto este vive. Trata-se, pois, do princípio de animação que caracteriza o vivo, levando os latinos a denominá-la *anima*.

Thymós é, em Homero, o que suscita as emoções, e *nóos* é a origem dos conceitos: o espiritual-anímico encontra-se de certo modo repartido entre estes dois órgãos diversos. Em diferentes passagens, Homero diz que o *thymós* abandona o homem na morte; isto levou a divisar-se também no *thymos* uma “alma”, em competição com a *psyche*. Se substituirmos *thymós* por “órgão das emoções”, então a coisa torna-se mais simples. Ficamos a saber que este órgão determina igualmente o movimento corporal, e tem algum sentido dizer que, na morte, ele abandona os *melea*. Mas com isso não se diz que o *thymós*, depois da morte, continua a existir; diz-se, simplesmente: o que punha em movimento os ossos e os membros desapareceu.

Nóos é o órgão do discernimento, é o espírito enquanto tem representações claras. É, por assim dizer, um olho espiritual que vê claramente. Mais tarde, ainda na Grécia Clássica, *nóos* irá significar a capacidade do pensamento, o entendimento.

O corpo em Freud.

A noção de corpo em Freud é bastante complexa e é elaborada ao longo de sua obra.

Não pretendemos, aqui, narrar a complexa elaboração dessa concepção. Quero, isso sim, tomar uma única passagem pouco conhecida que revela, de forma clara e precisa, a concepção de Freud sobre o corpo. Trata-se de uma carta endereçada ao pastor Pfister e escrita em 09 de outubro de 1918 onde Freud diz:

“... o que há com a teoria sexual? Como pode ocorrer ao senhor negar a decomposição da pulsão sexual em pulsões parciais, à qual a análise nos obriga diariamente? Seus argumentos contra ela realmente não são fortes. O senhor não vê que a multiplicidade destas pulsões remonta à multiplicidade dos órgãos, que são todos erógenos, isto é, têm o anseio de se reproduzir no organismo vindouro? E o fato de que todos os órgãos reuniram-se numa unidade viva, de que se influenciam mutuamente, se apóiam ou freiam, e de que mesmo no seu desenvolvimento permanecem dependentes uns dos outros, foram capazes de impedir a anatomia de estudá-los ou descreve-los separadamente, ou de impedir a terapia de atuar sobre um órgão isolado, que preponderantemente se tornou a sede do processo enfermante ou seu agente? É possível que a terapia interna freqüentemente tenha-se esquecido desta correlação dos órgãos; a psicanálise empenha-se para não perder de vista esta conexão da vida pulsional sobre a separação das pulsões isoladas. Na ciência, primeiro é preciso decompor, depois reunir. Parece-me que o senhor quer quer uma síntese sem a análise prévia. Na técnica psicanalítica não há necessidade de um trabalho especial de síntese; isto o indivíduo autonomamente providencia melhor que nós”. (Freud, 1998, p. 85)

Nesta e em outras passagens de sua obra, Freud concebe o corpo como uma superfície de órgãos, todos erógenos, e possuidores de pulsões parciais. Essas pulsões fazem com que todos os órgãos tenham o anseio de se reproduzir no organismo vindouro. Entende-se “organismo vindouro” como aquele que sucede no tempo. Entretanto, como uma superfície de órgãos dá lugar ao organismo? Essa passagem não é elaborada por Freud. Mas, sendo coerentes com seu argumento, podemos supor, também, que o organismo se constitui por um trabalho pulsional entre órgãos, uma transferência primitiva que, por movimento, estabelece laços entre eles. É a interdependência pulsional entre órgãos o que possibilita a anatomia e a terapia de atuar sobre cada um deles. Assim, o organismo é uma superfície de órgãos articulados por pulsões parciais produzindo livres associações.

Algumas implicações para o método clínico

A concepção do homem enquanto ser dotado de espírito, de psyche, é fundamental para a cultura do Ocidente e subsiste em toda a história ocidental e é sensivelmente percebida pela observação.

Entretanto, a cultura do Ocidente reconhece, também, a natureza obscura da psyche.

O âmbito obscuro do espírito humano é plenamente reconhecido até mesmo por Immanuel Kant em *Antropologia de um ponto de vista pragmático* (1773/2006).

Nesta obra, o filósofo reflete sobre “as representações que temos sem delas sermos conscientes”, ou seja, reconhece que ter representações, e contudo, não ser consciente delas, parece uma contradição, pois, como podemos saber que as temos se delas não somos conscientes? A resposta que encontra é no mínimo curiosa: “podemos ser *mediatamente* conscientes de ter uma representação, mesmo que não sejamos imediatamente conscientes dela. Tais representações se chamam então *obscuras*, as restantes são *claras*, e se sua claridade se estende às representações parciais de um todo e à sua ligação, são *representações distintas*, do pensar ou da intuição.” (Kant, 1773/2006, p. 35)

Kant conclui, então, que é imenso o campo das nossas sensações e intuições sensíveis, isto é, das representações *obscuras* no ser humano, do qual não somos conscientes, ainda que possamos concluir indubitavelmente que as temos; que, ao contrário, as representações claras contenham apenas infinitamente poucos pontos acessíveis à consciência; que, por assim dizer, no grande *mapa* de nosso espírito só haja poucos lugares *iluminados*.

Neste ponto, Kant toma a decisão de não se aventurar por um caminho em direção ao obscuro e opta por elaborar um vasto pensamento sobre o claro.

Será, então, um de seus admiradores que irá se aventurar em direção do obscuro.

Para isso, foi necessário que a observação, a prevalência do olhar, desse lugar à palavra e à escuta.

Referências

- Berlinck, Manoel Tosta. *Psicopatologia Fundamental*. São Paulo: Escuta, 2000.
- *Cartas entre Freud & Pfister. Um diálogo entre a psicanálise e a fé cristã*(1909 – 1939). Trad. de Karin Hellen Kepler Wondracek e Ditmar Junge. Viçosa: Ultimato, 1998.
- Snell, Bruno. *A descoberta do espírito*. Trad. de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1992.

Prof. Dr. Manoel Tosta Berlinck

Rua Tupi, 397 – 10º. – 103

01233-001 São Paulo, SP/Br

Telefax: 55 11 38.25.85.73

E-mail: mtberlin@uol.com.br

Portal: <http://www.psicopatologiafundamental.org>

<http://www.fundamentalpsychopathology.org>